

A CASA GRANDE SURTA: Educação na perspectiva decolonial THE BIG HOUSE SURTA: Education from a decolonial perspective

Rosângela Aparecida Hilário¹

Eduarda Francelino Vieira²

Mirian Rodrigues Pedrosa³

RESUMO: O artigo aborda as desigualdades estruturais e raciais no sistema educacional brasileiro, analisando práticas pedagógicas racistas e eurocêntricas que desumanizam as infâncias negras. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e revisão bibliográfica, dialoga com autores como Audre Lorde, Aimé Césaire e Aníbal Quijano, integrando pedagogia decolonial, Feminismo Negro e estudos antirracistas. Propõe estratégias como formação continuada de professores, inclusão de conteúdos afro-brasileiros no currículo, criação de espaços seguros e combate ao racismo pedagógico. O texto defende a construção de uma educação antirracista e decolonial, comprometida com a justiça social, equidade e valorização da diversidade cultural.

Palavras-chave: Educação antirracista. Feminismo Negro. Eurocentrismo. Infâncias negras. Formação docente.

ABSTRACT: The article addresses structural and racial inequalities in the Brazilian educational system, analyzing racist and Eurocentric pedagogical practices that dehumanize Black childhoods. Based on a qualitative approach and bibliographic review, it dialogues with authors such as Audre Lorde, Aimé Césaire, and Aníbal Quijano, integrating decolonial pedagogy, Black Feminism, and antiracist studies. It proposes strategies such as continuous teacher training, inclusion of Afro-Brazilian content in the curriculum, creation of safe spaces, and combating pedagogical racism. The text advocates for the construction of an antiracist and decolonial education committed to social justice, equity, and the appreciation of cultural diversity.

Keywords: Antiracist education. Black Feminism. Eurocentrism. Black childhoods. Teacher training.

E quando o sol nasce nós temos medo
ele pode não durar
quando o sol se põe nós temos medo
ele pode não nascer pela manhã
quando estamos de barriga cheia nós temos medo
de indigestão
quando nossos estômagos estão vazios nós temos medo
nós podemos nunca mais comer novamente
quando somos amadas nós temos medo
o amor vai acabar
quando estamos sozinhas nós temos medo
o amor nunca vai voltar
e quando falamos nós temos medo
nossas palavras não serão ouvidas

¹ Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades (PPGHDL/FFLCH/USP). Professora do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia e do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campus José Ribeiro Filho da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: rosangela.hilario@unir.br

² Mestranda no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: eduardafrancelino18@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Rondônia. E-mail: mirianrp53@gmail.com

nem bem-vindas
mas quando estamos em silêncio
nós ainda temos medo
Então é melhor falar
lembrando nunca estivemos destinadas a viver
Audre Lorde

EDUCAÇÃO COMO FERRAMENTA DE LUTA E AQUILOMBAMENTO

O poema de Audre Lorde discorre sobre o medo constante que acompanha os corpos e as vozes do povo negro, mas também demonstra resistência. No estado brasileiro silenciador das vozes fora dos privilégios do “sujeito padrão”, não se deixar silenciar também é um ato de resistência. Quando “balas perdidas” encontram nossos filhos e filhas a caminho da escola, nós gritamos, transbordamos em dor. Quando um olhar cheio de preconceito e ódio cruza com o nosso no elevador, nos supermercados ou na loja de departamentos, sustentamos o olhar e levantamos o queixo. Quando a dor das múltiplas violências nos atinge não nos resignamos: enfrentamos, sentimos raiva e alimentamos nossa coragem com os medos que nos cercam. Audre Lorde distingue ódio e raiva e nos alerta para o fato de que o primeiro aniquila e a segunda pode proteger: no ódio está comumente a disputas de espaços de poder e a raiva a lugares de incômodo, não sujeição. A mitologia cristã convenceu as mulheridades que em uma inversão kafkiana a primeira mulher que nasceu de um homem (da costela) e não o contrário. Assim, o “homem dono e senhor de toda a verdade e sabedoria” tinha o direito de decidir quem, quando e como as outras identidades poderiam se manifestar, nivelando mulheres e crianças ao mesmo patamar de pessoas a serem tuteladas. Isso causa mágoa em um momento inicial e raiva depois. O feminismo branco tirou deste movimento sua máxima: lugar de mulher é onde ela quiser. Menos as pretas: essas deveriam se contentar com o lugar possível de chegar com todos os atravessamentos, já adianto que na maioria das vezes, esse lugar não é de muito prestígio.

Nesta ótica a outra do sujeito universal tinha muito mais chances de acessar seu direito a humanidade consentida, ou seja, aquela que não colocasse em perigo o direito aos privilégios de ser homem, branco, cristão e heterossexual. Se para as mulheres brancas a identidade humana tinha que ser autorizada pelos homens para as mulheres negras não era nem considerada: sequestradas no continente Africano e em diáspora forçada viam sua cultura, sua leitura e entendimento sobre o mundo ser desorganizado em função de uma

lógica ocidental que precisava submeter o ser feminino as vontades de alguém que não entendia o fato do continente ser mais avançado. O stress de abrir e limpar, mas, não aproveitar as cidades surgia sob o formato de uma raiva não manifesta que humilha, machuca e adocece. Neste caso específico são mulheres a quem até a manifestação do descontentamento pode ser considerada privilegiada, normalmente são pessoas provedoras da família que não podem se arriscar a expressar descontentamento: pode significar deixar de alimentar seus filhos e os mais velhos.

(...) em geral, evitamos expor publicamente essas raivas, ou as isolamos com uma barreira de inflexível e incomparável cortesia. A raiva que nos parece ilegítima ou injustificada é mantida em segredo, inominada e preservada para sempre. Estamos sempre abarrotadas de fúria, contra nós, contra as outras, com pavor de examiná-la por receio de que nos destaquem, nos apontem os dedos e nos tachem daquilo que sempre sentimos e às vezes até preferimos ser – sozinhas. (Lorde, 2019, p. 213)

No contexto escolar, a luta pelo direito à palavra tem adoecido as infâncias negras: a narrativa da criança universal, cuja afirmação da identidade de gênero consiste em se acomodar em máximas simplificadoras da existência, relacionando gênero e cor de roupa, maneira de sentar-se, brincadeiras e “lugares indesejáveis” para garotas e garotos que não façam parte do espectro: brancos, com família nuclear e acomodados em seus privilégios. A escola é um ambiente hostil para quem não se acomoda com o destino que lhes é atribuído pelas normas e regras criadas para negar direitos e reafirmar privilégios: meninos fazem o que é importante, escolhem e decidem. Meninas cuidam para que os meninos fiquem confortáveis e sejam atendidos em suas necessidades e caprichos. Todas as identidades que não se acomodam sofrem e sentem raiva. Na escola colonialista do século XXI, crianças brancas, míopes e gordinhas sofrem bullying e se deprimem. Crianças negras, pobre e periféricas sofrem racismo e são acusadas de raivosas, malcriadas:

As organizadoras fazem questão de afirmar que o que ocorre com as crianças negras não é bullying e sim racismo, pois, no primeiro caso, a maior parte das agressões acontece sem a presença dos adultos e os que sofrem a agressão tendem a cometer atos de agressão por terem sofrido agressões, mas não falam sobre o assunto. O racismo, no entanto, é uma ideologia que afirma uma raça superior a outra; a ideologia é tão difundida que as agressões ocorrem tanto na presença de adultos, como os mesmos as promovem, assim, mesmo que as crianças procurem ajuda na escola, não a obterão, o que aumenta a sensação de injustiça e solidão. Acreditam que o bullying inferioriza e o racismo, para além de inferiorizar, desumaniza o ser

humano. Essas reflexões e experiências oportunizam melhor entendimento das transversalidades e da complexidade do tema que é caro à gestão social, cuja apreensão é necessária para o desenvolvimento de uma gestão mais humanizada e de uma sociedade mais justa. (Santos, 2015, p. 234,235)

Esse texto não é neutro: tem dor, tem cor e tem lado. A dor das ausências que sorvem a esperança. A cor preta que antecipa nossa chegada e impacta os lugares em que chegamos e nos posicionaremos (ou não) na vida. O texto faz sua arrebentação no movimento transgressor de aquilombamento, movimento esse que surge com as primeiras pessoas escravizadas fugidas das terras dos senhores de escravos, ainda no período colonial. Era considerado quilombo, de acordo com Abdias do Nascimento (2018), o local que abrigava duas ou mais pessoas escravizadas fugidas, e o termo aquilombamento surge neste contexto: é a comunhão, coletividade, justiça e equidade. Portanto, nenhum espaço sem nós, inclusive o espaço acadêmico. Essa prática de resistência, valorização da autoestima das nossas crianças negras, transcende o passado e se manifesta hoje como um símbolo de luta contra as estruturas opressoras ainda presentes na sociedade, reiteradas e perpetuadas no Estado brasileiro. O sistema educacional tem reproduzido as estruturas de poder e as narrativas hegemônicas estabelecidas durante o período colonial. Porém, há um crescente movimento global de educadores, intelectuais e ativistas, em sua maioria latino-americanos e negros, que defendem a urgente necessidade de uma transformação radical desse modelo, rumo a uma educação verdadeiramente antirracista e decolonial.

Ao invocar o legado e a sabedoria de pensadores e ativistas como Aimé Césaire, Audre Lorde, Nilma Lino Gomes, Beatriz Nascimento, bell hooks etc., buscamos construir um caminho para uma educação que não apenas combata o racismo, mas que também se comprometa com a desconstrução das bases eurocêtricas que ainda dominam o sistema educacional. Assim, a educação antirracista e decolonial emerge como um movimento político e pedagógico que visa dismantlar as narrativas coloniais, racistas e sexistas, para assim, promover práticas pedagógicas que respeitem e valorizem as múltiplas identidades e histórias que constituem o Brasil. A partir desse arcabouço teórico, este artigo se propõe a discutir as práticas que possam favorecer a construção de uma escola onde a justiça social e a equidade sejam os pilares fundamentais para a formação de sujeitos críticos que gozem plenamente de sua cidadania. Para sustentar sua base teórica e alimentar a coragem esse movimento se organiza em torno do feminismo negro que renega toda e qualquer forma de sujeição estruturada sobre o gênero: o feminismo negro como movimento social

se pauta no equilíbrio e no bem-estar social e é nossa base para tornarmos palpável uma educação decolonial.

ESTRATÉGIA METODOLÓGICA

Nosso artigo parte de uma abordagem qualitativa, mergulhando em análises teóricas que buscam entender e desafiar as raízes das desigualdades raciais no ambiente educacional brasileiro. Nos baseamos em uma vasta revisão bibliográfica, o texto conecta autores fundamentais, como Audre Lorde, Aimé Césaire e Aníbal Quijano, a reflexões contemporâneas de pensadores como Nilma Lino Gomes, Carla Akotirene, Eliane Cavalleiro etc. Essa base teórica é costurada com sensibilidade, criticidade e raiva, parafraseando Audre Lorde, exploramos como práticas pedagógicas racistas e estruturas coloniais moldam o cotidiano das infâncias negras. A metodologia analisa um esforço de diálogo interdisciplinar, unindo pedagogia decolonial, feminismo negro e estudos antirracistas para propor caminhos transformadores no campo educacional. Em vez de se limitar a conceitos subjetivos, o artigo dá vida às vozes de quem resiste, às histórias de quem transforma a dor em potência e às práticas que criam o aquilombamento, reavivando espaços de pertencimento e dignidade. Mais do que uma revisão de autores ou conceitos, essa reflexão é um movimento de reflexão crítica, justificado pelo compromisso com a justiça social e reparação histórica. Ao valorizar epistemologias negras, historicamente marginalizadas, ele busca não apenas compreender o impacto do racismo no espaço escolar, mas também imaginar e organizar práticas pedagógicas que inspirem mudanças profundas e duradouras.

ALICERCES DA COLONIALIDADE

De acordo com Aníbal Quijano, a colonialidade não é apenas um vestígio histórico, mas um sistema de poder que persiste até hoje, enraizado nas relações sociais, políticas e econômicas. Ele argumenta que um dos eixos centrais desse sistema é a classificação racial, uma construção mental que nasceu do colonialismo e que segue estruturando o poder global, estabelecendo o eurocentrismo como sua racionalidade dominante (Quijano, 2005, p.136). Quijano vê o colonialismo não como algo encerrado com as independências

políticas, mas como uma estrutura de dominação contínua, que se manifesta em diversas instituições sociais, incluindo a escola. Logo o conhecimento advindo da Europa sempre foi considerado, científico, racional e superior, enquanto toda a produção advinda de outra origem geográfica foi configurada como inferior e não racional (Maia; Farias, 2020, p.578). Aimé Césaire, contribui para essa compreensão ao afirmar que o colonialismo é intrinsecamente violento e desumanizador, segundo Césaire (2010, p. 22, 23), a colonização é "cabeça de ponte da barbárie em uma Civilização, da qual pode chegar a qualquer momento a pura e simples negação da civilização". Em seu Discurso sobre o Colonialismo (2010), Césaire denuncia a hipocrisia do projeto colonial europeu, que, sob o pretexto de civilizar, destruiu culturas e explorou povos em prol de interesses econômicos e políticos. Ele aponta que o colonialismo corrompe tanto os colonizados quanto os colonizadores, desumanizando ambas as partes ao impor uma relação de dominação e opressão. Para Césaire, o colonialismo revela as contradições do próprio projeto ocidental, pois os valores de liberdade e igualdade pregados pela Europa eram sistematicamente negados aos povos colonizados.

Césaire e Quijano conversam ao mostrar como o colonialismo não se encerrou com a descolonização formal; suas bases permanecem nas instituições e práticas contemporâneas, particularmente na educação. Césaire vê o colonialismo como um precursor do fascismo, uma vez que as práticas de violência, controle e opressão usadas nas colônias foram "reimportadas" para a Europa em regimes totalitários. Quijano amplia essa ideia ao argumentar que a colonialidade do poder é hoje uma estrutura persistente, que legitima a exclusão e a inferiorização dos povos não-europeus, criando e naturalizando hierarquias raciais. Essas perspectivas revelam que o racismo e a opressão estruturais não são meros acidentes históricos, mas sim elementos fundantes do sistema colonial que ainda moldam a sociedade contemporânea, especialmente dentro desse espaço. Discutimos, então, as múltiplas formas de racismo estruturado que permeiam a sociedade e, particularmente, o espaço escolar. Observamos como diversas formas de opressão estão profundamente ligadas ao eurocentrismo, à padronização e à regulação dos corpos "Outros", sistematicamente considerados intrusos, marginais e inferiores. Neste contexto, destacamos que os livros didáticos são baseados predominantemente no conhecimento eurocêntrico, ignorando ou desvalorizando a produção histórica de outros saberes, como as tradições orais africanas, os conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, as práticas

medicinais asiáticas e as contribuições científicas de civilizações pré-colombianas na astronomia e agricultura. Esse enfoque, muitas vezes inconsciente, contribui para a inferiorização de conhecimentos não europeus. E manifesta na predominância de currículos e materiais didáticos baseados em perspectivas eurocêntricas, que frequentemente ignoram ou desvalorizam os saberes e contribuições de outras culturas.

A Europa é indefensável. Parece que esta é a constatação que confiam entre si em voz baixa os estrategistas estadunidenses. Isto em por si só não é grave. O grave é que a 'Europa' é moral e espiritualmente indefensável. E hoje não são somente as massas europeias quem incriminam, mas também que a ata de acusação e, no plano mundial, levantada por dezenas e dezenas de milhões de homens que desde o mais fundo da escravidão se erguem como juízes. (Césaire 2010. pág. 12).

Césaire destaca a "indefensabilidade moral e espiritual" da Europa, que pode ser interpretada como uma crítica à forma como o conhecimento europeu foi imposto como universal, desconsiderando e subjugando outras formas de conhecimento. Na educação, isso se traduz na necessidade de uma abordagem mais equânime e decolonial, que reconheça e valorize a diversidade de saberes e experiências culturais. O processo violento de colonização, se reflete até os dias de hoje na educação, a invisibilidade, insensibilidade e desconhecimento sobre a história, memória e contribuições do povo negro para a nação brasileira recai sobre as crianças negras no espaço escolar – e particularmente sobre as meninas, que enfrentam opressões interseccionais de raça, gênero e classe – impossibilitando seu pleno desenvolvimento social e cognitivo. Isto lhes impõe limites sociais desde a infância. Nascer pobre, negro (a) e periférico (a), em muitos casos, determina o lugar que a criança negra ocupará na escola e na vida adulta. Dessa forma, a interseccionalidade, conceito centralizado por Carla Akotirene, oferece uma base essencial para entender como essas diferentes opressões se articulam e perpetuam a marginalização dessas crianças, tanto na sociedade quanto no espaço escolar. Nas palavras de Akotirene,

“[...] frequentemente e por engano, pensamos que a interseccionalidade é apenas sobre múltiplas identidades; no entanto, a interseccionalidade é, antes de tudo, uma lente analítica sobre a interação estrutural em seus efeitos políticos e legais. A interseccionalidade nos mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (Akotirene, 2019, p. 63).

Com essa perspectiva, conseguimos compreender os vários mecanismos que empregam a opressão como barreiras ao processo de ascensão das infâncias negras, e mais especificamente, meninas negras nos espaços de melhor espaço social. Akotirene nos ajuda a identificar as estratégias que sustentam e naturalizam a violência contra essas crianças, especialmente por meio de uma intersecção de racismo e misoginia que intensifica a discriminação das meninas negras.

De acordo com o Instituto de Estudos Raciais e Étnicos (IERE), “a história da sociedade brasileira está fortemente vinculada às questões raciais. A composição multirracial, multiétnica e multicultural do povo brasileiro sempre foi parte integrante das atenções da elite dominante do país” (CAVALLEIRO, 2001, p.16). Assim, reconhecemos como o racismo se enraizou e foi naturalizado ao longo de mais de 500 anos de história, tanto na sociedade quanto dentro do ambiente escolar. Como instituições sociais criadas para atender às demandas da sociedade mais ampla – uma sociedade que é racista, machista, xenofóbica, entre outras discriminações – as escolas tendem a reproduzir, consciente ou inconscientemente, essas práticas discriminatórias, perpetuando a exclusão e a marginalização do povo negro nesse espaço socializador crucial para a manutenção social. A decolonialidade como estratégia educacional para possibilitar uma educação antirracista nas escolas de educação básica refere-se as questões de identificação, é uma alternativa que nos possibilita retirar essas crianças do lugar de invisibilização e subalternização, se refere a uma pedagogia que realmente é significativa, é a forma de transmitir um conhecimento sistematizado de maneira capaz de incluir nos currículos de formação de professores/as questões étnico-raciais, para trabalhar com esses futuros professores os problemas e enfrentamentos que essas crianças são forçadas a encarar desde muito cedo.

CAMINHOS PARA EFETIVAÇÃO DE PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NO ESPAÇO ESCOLAR

O primeiro e mais importante passo para trabalhar a dimensão étnico-racial dentro do espaço escolar é admitir que o racismo está presente na escola. Esta etapa é extremamente desafiadora, pois o racismo, no Brasil, manifesta-se frequentemente por meio de sua negação. Ainda assim, ele persiste de várias formas, sendo o racismo

pedagógico uma delas. Essa manifestação no ambiente escolar é especialmente perversa, pois mina, desde a mais tenra idade, a possibilidade de a criança negra ser ela mesma nesse espaço. Afinal, como ser você mesma se zombam do formato do seu nariz? Ou se chamam seu cabelo encaracolado ou crespo de "bombril"?

Reconhecer e enfrentar essa realidade é uma tarefa indispensável para qualquer educador (a) comprometido (a) com a construção de uma escola democrática. Segundo Gomes (2003, p. 148) grande parte dos professores pensam que o racismo apenas existiu em momentos históricos como o apartheid na África do Sul, ou no período de segregação racial nos Estados Unidos, e isso acaba corroborando com a justificativa de que no Brasil não existe racismo. Esta negação está presente até os dias atuais entre nossos educadores, e essa postura acaba tornando indispensável um giro epistêmico no processo de formação continuada dos professores, formações que apresentam a profundidade, complexidade e sofisticação do racismo pedagógico, esses profissionais precisam se conscientizar sobre a sua prática, entender que denominar um lápis bege como sendo “cor da pele” limita a visão das crianças em sala, sobre os mais diversos e variados tons de pele que existem em nossa sociedade, definindo apenas uma cor como universal está colocando à margem a grande gama de cor de pele de pessoas negras, esta é uma prática que naturaliza o racismo pedagógico. É preciso reverter práticas que silenciam e desumanizam, permitindo que as crianças negras encontrem na escola um espaço de acolhimento e valorização de sua identidade. Afinal, só será possível construir uma sociedade verdadeiramente plural e igualitária se a educação assumir seu papel transformador, desafiando os preconceitos e desconstruindo as hierarquias raciais que ainda marcam nossas práticas cotidianas.

Portanto, a importância de uma educação que não apenas combata o racismo, mas também se comprometa com a desconstrução das bases eurocêntricas que ainda dominam o sistema educacional se faz extremamente importante. Para reverter tais práticas o diálogo autêntico, de acordo com hooks (2013, p. 89) é o meio mais eficaz para que professores realmente dedicados a uma educação para a liberdade, consigam cruzar as barreiras impostas pelo racismo, machismo e classe social. É nesse diálogo que se abrirão oportunidades para desmontar tais barreiras, fica evidente que, as estratégias construídas por mulheres negras, desde o primeiro momento em que foram trazidas para a América ainda em condição de escravizadas, é o eixo primordial para que uma pedagogia antirracista seja de fato concretizada. Portanto, a promoção de práticas educacionais

antirracistas requer a criação de um ambiente escolar que valorize e respeite as identidades das crianças negras, combatendo práticas que as silenciem ou desumanizam. Dessa forma, é fundamental incluir no currículo conteúdos que abordem de forma ampla a história, a cultura e as contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros. Esses temas são trabalhados tanto por meio de disciplinas específicas quanto integrados a materiais já existentes. Além disso, a utilização de obras de autores (as) e artistas negros no ensino de literatura, artes e outras disciplinas enriquece o processo de ensino-aprendizagem, ao mesmo tempo que valoriza a produção cultural negra e apresenta modelos positivos para os estudantes. Paralelamente, é imprescindível oferecer formação continuada aos professores, abordando práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais. Essa formação deve incluir a conscientização sobre preconceitos inconscientes e estratégias para fomentar a igualdade racial no ambiente escolar. A criação de espaços seguros e momentos dedicados à discussão de temas como identidade, racismo e inclusão também é essencial. Atividades como rodas de conversa, grupos de apoio e projetos extracurriculares promovem um diálogo aberto e reflexivo entre os alunos. Além disso, é necessário implementar políticas institucionais claras contra o racismo e a discriminação, garantindo que todos os estudantes se sintam protegidos. Por fim, uma avaliação contínua das práticas pedagógicas e do clima escolar é crucial para identificar pontos de melhoria e garantir a eficácia das ações antirracistas. Ao adotar essas estratégias, as escolas podem construir um ambiente mais humanizado, no qual as crianças negras se sintam reconhecidas e respeitadas, contribuindo para uma educação verdadeiramente decolonial e antirracista.

UMA PROPOSTA PARA PROVOCAR E NÃO CONCLUIR

Diante de todos esses aspectos discriminatórios, é evidente que precisamos abordar o racismo e trazer essas discussões para a formação de professores, reconhecendo que a decolonialidade é um caminho essencial para essa transformação. Precisamos provocar ações que permitam a todas as vozes serem ouvidas e tenham a mesma relevância nos estudos, pesquisas e ocupem o local devido dentro das academias e nos espaços escolares. É importante frisarmos que a luta antirracista não é exclusiva de professoras e professores negros, mas uma responsabilidade coletiva de toda a comunidade educativa. A prática antirracista exige de cada educador e educadora o compromisso de desafiar

narrativas eurocêntricas, que historicamente apagaram contribuições de outros saberes e culturas, especialmente dos povos africanos e indígenas. Isso implica recontar a história a partir de múltiplos olhares, questionando a hegemonia de uma história única contada pelos vencedores de guerras pautadas em injustiças.

Diante disto, é nossa responsabilidade coletiva e ética garantir que mulheres negras não sejam marginalizadas, que suas vozes não sejam silenciadas, e que suas conquistas ocupem os lugares que lhes são de direito. O feminismo e a sororidade de mulheres brancas, historicamente, têm falhado em abarcar as demandas específicas das mulheres negras, cujas lutas transcendem os incômodos acadêmicos para enfrentar as mazelas impostas pelo racismo estrutural. Essas mulheres resistem à precariedade de políticas públicas, à ausência de creches e médicos especializados e ao genocídio das juventudes negras, entre outras violências. Contudo, é o feminismo negro que oferece um arcabouço teórico e prático para enfrentar essas questões, promovendo uma visão de mundo que equilibra justiça, sustentabilidade e inclusão. Desde o século XVIII, com o protagonismo de Tereza de Benguela em Quariterê, a força do feminismo negro tem se mostrado central para a resistência coletiva. Ela implementou práticas sustentáveis e inclusivas, como câmaras paritárias e educação comunitária, muito antes de tais conceitos serem amplamente debatidos. Esse legado se estende a figuras como Maria Felipa e Enedina Alves Marques, cujas histórias desafiaram o patriarcado e o racismo, demonstrando que o feminismo negro é a chave para reconfigurar as estruturas sociais. No presente, o feminismo negro reafirma sua relevância ao denunciar políticas públicas que funcionam apenas para mulheres brancas e ao exigir medidas que garantam acesso à educação, creches e segurança para mulheres negras. Ele não é apenas sobre gênero, mas sobre a desconstrução de hierarquias que atravessam raça, classe e gênero, sendo essencial para uma educação verdadeiramente antirracista e decolonial. É por meio de práticas pedagógicas antirracistas, embasadas no feminismo negro, que podemos transformar nossas salas de aula em espaços de resistência, acolhimento, transformação e aquilombamento. Assim, recusamos aceitar não apenas o racismo, mas também todas as formas de opressão que marcam os corpos negros em diversos espaços, principalmente, de mulheres negras.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo. Editora Jandaíra, 2019.

CAVALLEIRO, Eliane. **RACISMO E ANTI-RACISMO NA EDUCAÇÃO**: repensando nossa escola. São Paulo. Selo Negro, 2001.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. 2. ed. Curitiba. Livraria Livros & Livros, 2010.

GOMES, Nilma Lino. **EDUCAÇÃO E RELAÇÕES RACIAIS**: Refletindo sobre Algumas Estratégias de Atuação. In: **MUNANGA**, Kabengele (Org.), Superando o racismo na escola. 2. ed. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 204-221.

HOOKS, bell. **ENSINANDO A TRANSGREDIR**: a educação como prática da liberdade. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LORDE, Audre. **IRMÃ OUTSIDER**: Ensaios e Conferências. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2019.

MAIA, Fernando Joaquim Ferreira; **FARIAS**, Mayara Helenna Veríssimo de. **COLONIALIDADE DO PODER**: a formação do eurocentrismo como padrão de poder mundial por meio da colonização da América. Interações, Campo Grande, v. 21, n. 3, p. 577-596, jul./set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v21i3.2300>.

NASCIMENTO, Abdias do. **O QUILOMBISMO**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires. CLACSO, 2005.

SANTOS, Maria José. REFLEXÕES SOBRE NEGRAS (IN) CONFIDÊNCIAS:
Bullying não. Isto é racismo. Revista Interdisciplinar de Gestão Social, v. 4, n. 1, p. 235,
jan./mar. 2015.